



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria Executiva
Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II

Ata da III Reunião da Comissão de Supervisão do PNMA II

Data: 13 de dezembro de 2012

Início da reunião: 14hs

Local: Sala de reuniões do 8º andar (830) – Esplanada dos Ministérios – Bloco B – Brasília/DF.

Participantes:

Membros da Comissão:

Renato Rosenberg (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Alessandra Silva Rocha (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**), Elisa Romano Dezolt (Confederação Nacional da Indústria – **CNI**), Jesus Luis Varela Vazquez (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Maria Silvia Rossi (Associação Brasileira de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – **ABEMA**), Pedro Alexandre Rodrigues Christ (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**) e Tadeu da Silva Santos (Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – **CNEA**),

Demais Presentes:

- Ana Clara Farias Lopes (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Antônio Alberto Ferreira da Silva (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Camila Sátiro Praxedes (Programa

Nacional do Meio Ambiente – **PNMA II/MMA**), Carlos Augusto de Moura Castro (**SYNERGIA/UFG**), Eduardo Mattedi Furquim Werneck (Departamento de Coordenação do Sisnama – **DSIS/MMA**), Maria Monica Guedes de Moraes – (Departamento de Coordenação do Sisnama - **DSIS/MMA**), Regina Lúcia Nogueira (Programa Nacional do meio Ambiente – **PNMA II/MMA**).

Pauta :

- Proposta, em andamento, da reestruturação do Programa;
- Situação atual da carteira de projetos.

Aos treze de dezembro do ano de dois mil e doze, ocorreu a terceira Reunião da Comissão de Supervisão do Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II), no edifício sede do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A abertura foi realizada pelo Coordenador-Geral do PNMA II, Renato Rosenberg. Inicialmente, ele apresentou o andamento da carteira de Projetos, a saber: Ibama (Estudo Internacional comparativo sobre licenciamento ambiental, Elaboração de manuais sobre o licenciamento ambiental federal para empreendedores e para a administração pública e Mapeamento de competências e estruturação do Programa de capacitação de competências da DILIC); **ICMBio** (Compilação de informações sobre a fauna brasileira, elaboração de análises espaciais para a conservação da fauna brasileira e capacitação de 300 servidores sobre o processo de licenciamento ambiental); **SBF** (Subsídio para a regulamentação dos art. 47 e 48 do SNUC); **SAIC** (Estudo e seminário sobre uso de instrumentos econômicos na gestão pública). Informou, ainda, sobre o Curso de Gerenciamento de Processos de Negócios organizado pelo PNMA II e oferecido a servidores e a parceiros institucionais do MMA, nos dias dez e onze de dezembro de dois mil e doze; e sobre o Programa de Estudos a ser realizado em parceria com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Antes da apresentação do Carlos Augusto de Moura Castro (SYNERGIA/UFG) sobre Projeto do Portal Nacional de Licenciamento - PNLA, o Renato Rosenberg (PNMA/MMA) também informou que durante a execução do projeto do Portal de



Licenciamento será realizado um diagnóstico sobre o licenciamento nos estados. A Elisa Romano Dezolt (CNI) relatou que a CNI também está fazendo um diagnóstico das licitações nos estados e que pretendem buscar informações junto às empresas e às indústrias sobre como tem se dado os licenciamentos. Sugeriu uma pareceria com os estados para que seja realizado um diagnóstico mais consistente e que diminua a insegurança jurídica dos licenciamentos. Ela indagou sobre a metodologia que será utilizada no diagnóstico. O Eduardo Mattedi Furquim Werneck (DSIS) explicou que serão utilizados questionários e visitas para obtenção de informações sobre os processos utilizados pelos estados e os tipos de tipologias utilizadas. Informou que o foco é a transparência dos processos. A Elisa Romano Dezolt (CNI) ressaltou a importância de se levantar o que funciona e o que não funciona, que o Portal será uma ferramenta importante para o usuário, inclusive para o industrial decidir sobre o melhor local para seus investimentos. O Eduardo Mattedi Furquim Werneck (DSIS) salientou a importância da transparência e da pesquisa. O Renato Rosenberg (**PNMA II/MMA**) relatou que o ponto crítico do Projeto é o acesso aos estados. A Elisa Romano Dezolt (CNI), mais uma vez, pontuou a importância do Portal de Licenciamento para a CNI. A seguir, o Carlos Augusto de Moura Castro (SYNERGIA/UFGM) apresentou o Projeto do Portal Nacional de Licenciamento. Explicou a estrutura da UFGM e que o Portal está sendo elaborado pelo Departamento de Computação do Instituto de Ciências Exatas junto com o Departamento de Engenharia Ambiental. Falou que o objetivo é para ser cumprido em 12 meses com o Portal atualizado e funcionando. Disse que o atual Portal não tem todas as funções necessárias, que existe um problema com nomenclatura e que por meio do diagnóstico nos estados será possível subsidiar um formato único de licenciamento para colocar no Portal garantindo a centralização e confiabilidade das informações. Discorreu sobre os motivos da UFGM ter sido escolhida, que são: o conhecimento técnico e a credibilidade da instituição. Descreveu as etapas do projeto como sendo: o relatório com informações para atualização do Portal e padronização das tipologias; desenvolvimento e implantação do software integrando os bancos de dados dos estados; levantamento das informações dos processos de licenciamento nos estados; relatório com propostas de



próximos passos para a continuidade do Portal; e institucionalização dos licenciamentos. O Portal também visa à produção de um formato nacional para o processo de licenciamento e prestar informações sobre o meio ambiente e a gestão ambiental, favorecendo a centralização das informações. A seguir, o Renato Rosenberg (**PNMA II/MMA**) informou que o PNMA II também pretende financiar a área de Tecnologia de Informações (TI) para os estados que necessitem. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) disse que a credibilidade do Portal depende da legitimidade das informações fornecidas pelos estados. Ele perguntou como as informações que os estados colocarão no Portal serão confirmadas e sugeriu que exista um espaço no Portal para a sociedade civil fazer observações sobre a coerência das informações, contestar as informações, para que seja possível uma interação da sociedade. O Carlos Augusto de Moura Castro (**SYNERGIA/ UFMG**) falou que o processo prevê que o Portal tenha um espaço para colocar novas funcionalidades e que esse é o momento de se fazer sugestões, mas que posteriormente também será possível ser colocado no Portal outras funcionalidades que venham a ser sugeridas. O Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) falou sobre a importância dos estados aderirem à ideia. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) lembrou a Lei de Acesso à Informação e disse que os estados precisam informar à população o que estão fazendo para que a população possa confiar nas instituições. Disse que o cidadão gostaria de ter acesso às informações dos estados e poder fazer observações, que isso daria credibilidade ao Portal. A Maria Silvia Rossi (ABEMA) ressaltou a importância de se exigir que seja disponibilizada no Portal a cópia dos licenciamentos realizados e ressaltou a necessidade de cuidado para que não ocorra uma desautorização política do processo e que, portanto, o fórum precisa ser bem pensado e disciplinado. Afirmou que devem existir instrumentos formais de adesão dos estados com regras pactuadas. Indagou, ainda, sobre como a responsabilização judicial ocorrerá. Propôs a conexão do Portal com os Projetos do Ibama e falou sobre a importância de ser disponibilizado um manual de licenciamento ambiental. Sugeriu que tivesse no Portal o desenho dos processos de licitação, a lista de documentos, além das licenças digitalizadas, para que pudesse ser feita a pesquisa na fonte. Sugeriu, também, que se pensasse bem sobre a criação de um fórum onde o cidadão e



outras organizações pudessem opinar no Portal para favorecer um debate construtivo. Propôs que se criasse um documento formal para fazer a adesão dos estados, com regras bem estipuladas onde estivessem previstas as responsabilidades mútuas. Falou que como os estados possuem desenhos distintos de processos de licenciamento alguns talvez não consigam se adaptar às tipologias do Portal. O Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) falou que a unificação das tipologias funcionaria mais como um glossário, que o CONAMA poderia fazer a padronização. O Antônio Alberto Ferreira da Silva (PNMA II/MMA) disse que só é possível acesso aos dados que o estado liberar. O Jesus Luis Varela Vazquez (PNMA II/MMA) reafirmou que a pesquisa é online e depende das informações disponibilizadas pelos estados no banco de dados. A Maria Silvia Rossi (ABEMA) indagou se está previsto a associação das licenças às poligonais e se o Portal a suporta. O Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) respondeu afirmativamente. O Carlos Augusto de Moura Castro (Synergia/UFGM) informou que isso pode ser solicitado na etapa de relatório de melhora do Portal. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) disse que a questão dos licenciamentos tem relação com o SISNAMA e que os estados, por meio do Portal, poderão perceber o quanto estão atrasados ou não em relação aos outros estados no Plano Nacional do Meio Ambiente. Disse que a conservação deve ser vista como oportunidade econômica e ressaltou a importância de uma discussão ampla. O Antônio Alberto Ferreira da Silva (PNMA II/MMA) disse que o Ibama já está se preparando para disponibilizar os seus licenciamentos e que eles servirão de modelos aos estados. A Maria Silvia Rossi (ABEMA) solicitou o registro em ata de demanda formal da ABEMA para que seja realizada uma reunião técnica para discussão e proposição das funcionalidades do Portal. O Pedro Alexandre Rodrigues Christ (SMCQ/MMA) disse que o Portal tem potencial para ser instrumento também para os órgãos ambientais. O Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) disse que a ideia é que também se use os mapas de vulnerabilidade. A seguir, apresentou a proposta de reestruturação do PNMA II, cujo objetivo continua sendo o fortalecimento das principais instituições de cunho ambiental do Brasil, ao oferecer suporte institucional, de forma que ocorra um novo patamar de política ambiental e, com isso, possa-se alcançar um aumento da eficiência e da eficácia ambiental



destas instituições. Com a reestruturação, a proposta de intervenção do PNMA é nas áreas de: gestão de processos, monitoramento e indicadores ambientais, instrumentos econômicos e políticas de comando e controle; com uma cesta de bens e serviços compostos por estudos; capacitação; cooperação técnica; e disseminação de recursos de TI. O Pedro Alexandre Rodrigues Christ (SMCQ/MMA) indagou sobre o que deixou de ser financiado com a reestruturação do PNMA. O Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) explicou que antes os estados tinham muita autonomia na decisão dos projetos enviados ao PNMA, enviavam diferentes tipos de projeto e as demandas não eram coordenadas, o que agregava muito pouco à Política Nacional do Meio Ambiente. A Maria Silvia Rossi (ABEMA) perguntou quais são as ferramentas estratégicas que permitem um efeito sinérgico e vetorial, diante da situação dos estados/municípios. Sugeriu que o governo federal utilize travas de segurança para que os financiamentos apenas ocorram mediante uma garantia dos estados como, por exemplo, uma preservação de corpo técnico capacitado, a fim de empoderar a área ambiental. Finalizando, Maria Silvia Rossi (ABEMA) ressaltou a importância da Comissão de Supervisão, de se discutir os processos, bem como trabalho realizado pelo PNMA. A seguir, o Renato Rosenberg (PNMA II/MMA) agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.



RENATO ROSENBERG

Presidente da Comissão de Supervisão do PNMA II